

EMENDA Nº - CCJ
(ao Substitutivo ao PLS nº 441, de 2012)

Suprimam-se do rol dos dispositivos da Lei 4.737, de 15 de julho de 1965, a serem alterados, na forma do **art. 1º do Substitutivo** ao PLS nº 441, de 2012, **a alínea "j", do inciso I, do art. 22; a alínea "h", do inciso I, do art. 29 e o art. 282-B.**

JUSTIFICAÇÃO

Em que pese o mérito das matérias disciplinadas pelos dispositivos, a sua supressão é de todo impositiva por tratarem de matérias que a Constituição Federal reservou à Lei Complementar.

De fato, o art. 121 da Carta de 1988 atribuiu à "lei complementar" dispor sobre "a organização e competência dos tribunais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais".

Como desde a promulgação da Constituição não foi editada a aludida lei complementar, continua valendo, por força do Princípio da Continuidade da Ordem Jurídica, e com o *status* de lei complementar, o Código eleitoral, editado originalmente como lei ordinária (Lei n. 4.737, de 1965).

Portanto, no que trata especificamente de "organização e competência" da Justiça Eleitoral, o Código eleitoral só pode, ser revogado ou alterado por lei complementar. Tanto que a própria instituição da ação rescisória restrita aos casos de inelegibilidade que agora se pretende ampliar, se deu através de uma Lei Complementar (Lei Complementar n. 86, de 1996).



SF/13587.01441-09

Sala da Comissão,

Senador RODRIGO ROLLEMBERG



SF/13587.01441-09